

**ESPETÁCULOS EM LEOPOLDINA:
UM BREVE HISTÓRICO DAS ARTES CÊNICAS NO INTERIOR
DE MINAS GERAIS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX
E O INÍCIO DO SÉCULO XX**

Alan Villela BARROSO¹

<https://orcid.org/0000-0001-7964-0235>

Paulo Marcos Cardoso MACIEL²

<https://orcid.org/0000-0003-4770-1587>

Resumo:

O artigo é resultado de uma pesquisa em andamento que busca delinear os contextos históricos sobre o teatro e as Artes Cênicas na Zona da Mata mineira, sobretudo, em Leopoldina, durante o final do século XIX e início do XX, investigando, ao mesmo tempo, os indícios que contribuíram para o desenvolvimento de culturas no Município e que, assim, fomentaram o surgimento de uma vida teatral em atividade na região.

Palavras-Chave: História do teatro brasileiro. História do teatro em Minas Gerais. Fontes documentais.

**STAGINGS IN LEOPOLDINA:
A BRIEF HISTORY OF PERFORMING ARTS IN THE COUNTRYSIDE
OF MINAS GERAIS FROM THE END OF THE 19TH CENTURY TO THE
BEGINNING OF THE 20TH CENTURY.**

Abstract:

This article is the preliminary result of a research in progress that seeks to outline theater and the performing arts historical contexts in the Zona da Mata, Minas Gerais, especially, in Leopoldina, during the late 19th and early 20th centuries, investigating, at the same time, evidences that contributed to the development of cultures in the city and therefore fomenting the emergence of a theatrical life active in the region.

Keywords: History of theater in Brazil. History of theater in Minas Gerais. Documentary sources.

¹ **Alan Villela Barroso** é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: alan.barroso@aluno.ufop.edu.br.

² **Paulo Marcos Cardoso Maciel** é Professor Adjunto do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: paulo.maciell@ufop.edu.br.



1. Introdução

Este artigo³ objetiva o levantamento de informações sobre a história do teatro na cidade de Leopoldina, localizada na região da Zona da Mata mineira, durante o final do século XIX e início do século XX, com a finalidade de analisar os dados coletados sobre as atividades teatrais no Município com relação aos períodos da produção, as companhias e os repertórios apresentados, os artistas e demais informações necessárias para retratar a história do teatro em Leopoldina, procurando perceber, ao longo do percurso, seu diálogo com a historiografia do teatro brasileiro. Desta maneira, a pesquisa acompanha a história do teatro no Município; das casas de espetáculos particulares, como o Theatro Brandão e o Theatro Recreio, à edificação do Theatro Alencar, reinaugurado em 1927 em estilo neoclássico como Cine-Theatro Alencar. Hoje, o prédio erguido em seu mesmo local, abriga uma igreja e comércios.

Adotou-se uma metodologia de pesquisa pautada na coleta de informações, menções e/ou referências sobre a produção e o desenvolvimento artístico no Município, através da organização cronológica e quantitativa dos dados extraídos das fontes e análises mais aprofundadas nas matérias e notícias publicadas nos jornais, em um contínuo processo de pesquisa, escrita, revisão e ampliação das informações, em um confronto de fontes e dados, onde a coleta e o estudo dos registros direcionaram para um campo vasto a ser explorado. Neste sentido, nossa metodologia se identifica com as reflexões da escrita documentada, proposta pela professora Maria de Lourdes Rabetti, “em que os dados parecem querer se impor por si mesmos e na qual, portanto, a tarefa do historiador se compraz à sua análise, sempre temporária, porque está constantemente submetida a novos achados – e mesmo à espera deles -, com os quais gostará de se confrontar” (RABETTI, 2017, p. 52).

O período temporal delimitado pela pesquisa justifica-se pela inauguração da imprensa na cidade em questão, através da criação do jornal O Leopoldinense em 1879, bem como pela construção de seu primeiro teatro público; o Theatro Alencar, inaugurado em 1883, destinado à recepção de artistas e companhias dramáticas locais, nacionais e estrangeiras. As fontes da pesquisa resultam de estudos em acervos públicos e particulares, incluindo notícias, crônicas e críticas publicadas pelos diferentes periódicos fundados em Leopoldina.

³ Originado de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob a orientação do Prof^o Paulo Marcos Cardoso Maciel e co-orientação do Prof^o Clóvis Domingos dos Santos.



Inicialmente, foram consultadas as fontes disponíveis em acervos virtuais, como, por exemplo, a Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional que, desde 2006, disponibiliza uma vasta coleção de documentos e periódicos sob domínio público e/ou autorizados pelos titulares dos direitos autorais. Posteriormente, durante a busca na Biblioteca Pública Municipal Luiz Eugênio Botelho em Leopoldina, as consultas foram diretamente aos impressos que, até o presente momento, não se encontram disponíveis nos acervos virtuais. Logo, no âmbito desta pesquisa, foram examinadas 2.001 edições de periódicos impressos no município, circulados entre o final do século XIX e o começo do século XX.

Por meio do estudo e análise das fontes, foi possível identificar quais as companhias dramáticas em circulação no país, informadas pela bibliografia e dicionários do teatro brasileiro e português (ÁVILA, 1978; BASTOS, 1898; FERREIRA, 1996), se apresentaram no interior mineiro, bem como os repertórios que foram encenados em Leopoldina, muitos deles remontados pelas companhias de amadores, clubes dramáticos e associações teatrais fundadas no Município. As apresentações locais tomaram impulso com a inauguração do Theatro Alencar, espaço que recepcionou artistas, atraindo e formando públicos apreciadores e consumidores de teatro, distinguidos pela imprensa oitocentista como a elite e os Zé Povinho da Roça⁴ que, por inúmeras ocasiões, reuniram-se nos assentos do teatro e arquibancadas do circo, em contemplação e fruição de um mútuo momento cênico.

2. A Cidade, a Imprensa e o Teatro: Aspectos históricos sobre a formação de Leopoldina e o desenvolvimento das atividades teatrais

Procuraremos apresentar um pequeno histórico da cidade de Leopoldina e do seu desenvolvimento cultural, procurando circunscrever as condições que, por assim dizer, teriam propiciado o surgimento de atividades teatrais mais regulares na cidade, pois, conforme observou Gilda de Melo e Souza, em *Teatro ao Sul*, a prática teatral em virtude das exigências específicas para a sua realização se desenvolveu juntamente com a urbanização e o surgimento das cidades. No final do século XIX acentua-se no Município de Leopoldina a evidente preocupação com o progresso moral e intelectual de seus habitantes e de suas instituições, conforme descreve a bibliografia (PEREIRA, 2015) e algumas das fontes

⁴ O Leopoldinense, a. II, 1881, nº 54, p.1.



pesquisadas que, àquela altura, se identificavam com o discurso civilizatório do projeto romântico-ilustrado do Império Brasileiro. Discurso que validou uma série de iniciativas identificadas ao progresso do Município como, por exemplo, em 1879, o lançamento do jornal O Leopoldinense; a inauguração do teatro público em 1883, o Theatro Alencar; bem como pela construção da Leopoldina Railway em 1874, a Estrada de Ferro Leopoldina, primeira construída no Estado, interligando Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Assim, viabilizando o comércio com outras localidades e oferecendo fácil e rápido acesso às companhias dramáticas, circenses e artistas às cidades da Zona da Mata mineira.

Já no início do século XX, Leopoldina destacou-se pela construção da Usina Hidrelétrica Maurício e a criação da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, inaugurada em 1905, aposentando a iluminação a gás acetileno, substituída pela iluminação elétrica. A Companhia Força e Luz foi idealizada por José Monteiro Ribeiro Junqueira (1871-1946), fundador da Gazeta de Leopoldina que, junto de seu irmão Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira, criaram o Ginásio Leopoldinense em 1906, um dos principais motivos de Leopoldina ter sido considerada como a Atenas da Zona da Mata. Instituição de ensino particular e com perfil de público formado, em maioria, por estudantes oriundos de famílias oligárquicas da classe média alta, ofertou cursos em diferentes modalidades de ensino, inclusive superior, como descreve Paloma Rezende de Oliveira:

Este estabelecimento de ensino leigo e particular foi idealizado por José Monteiro Ribeiro Junqueira e seu irmão Custódio Junqueira, configurando-se como um exemplo de estabelecimento de ensino criado para conformar-se aos projetos políticos das oligarquias locais. Este estabelecimento de ensino destacou-se das outras 13 instituições escolares criadas entre 1896 a 1926, no Município, por oferecer um ensino abrangente: primário, secundário, normal, superior em Odontologia e Farmácia, agrícola e comercial (OLIVEIRA, 2015, s/p).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, Leopoldina expandiu seu perímetro urbano para além do antigo centro da cidade, onde atualmente é a Praça Professor Botelho Reis, às suas ruas adjacentes: a Rua da Grama, a Rua das Flores e a antiga Rua Municipal, atual Rua Barão de Cotegipe, local onde foi edificado o Theatro Alencar que, na época, era também uma espécie de divisa “das três grandes propriedades agrícolas: a Fazenda do Feijão Cru, da Cachoeira e do Desengano” (PEREIRA, 2015, p. 102). Neste sentido, este alargamento do espaço urbano do Município tinha por objetivo atender ao interesse dos fazendeiros que sentiram vontade de assentar residência próxima do centro por conta de



eventos e acontecimentos religiosos, políticos, culturais e sociais de destaque (PEREIRA, 2015, p. 102) e, neste rol de atividades, incluiríamos as principais companhias dramáticas em temporadas no Theatro Alencar.

Um dos desdobramentos da urbanização e da atualização da vida social e cultural vivenciada pelo Município foi a crescente influência da imprensa em sua história, contribuindo para o surgimento de pesquisas que embasam narrativas visando o “resgate de parte da história da cidade e da sociedade” (CANTONI, 2016, s/p), especialmente, em vista a relevância de informações históricas contidas nas páginas dos jornais ao longo dos séculos. Através da leitura dos periódicos que circulavam na cidade podemos evidenciar as características de um modo de vida e de pensamento segundo as informações prestadas pelos veículos acerca do que seria Leopoldina naquele final de século.

A lacuna de vestígios materiais dos espetáculos e/ou de documentação legada pelos artistas que visitaram ou se apresentaram na cidade transformam os periódicos em fontes privilegiadas para a reconstituição do que teria acontecido dentro e fora dos palcos em Leopoldina. De acordo com a pesquisa desenvolvido por Nilza Cantoni e Luja Machado (2014), circularam em Leopoldina durante o final do século XIX, ao menos, vinte e um periódicos, além de um almanaque. Entre eles, destacam-se os dois grandes expoentes da imprensa local e principais fontes primárias desta pesquisa: O Leopoldinense, inaugurado em 1879, e a Gazeta de Leopoldina, inaugurado em 17 de abril de 1895. Para a autora, os primeiros periódicos impressos no Município assemelhavam-se aos almanaques, mais pelo seu conteúdo do que pela forma, promovendo, não apenas o acesso à informação, mas a prática da leitura:

Aos primeiros jornais de Leopoldina pode ser creditado o valor de prestar informações muitas vezes semelhantes aos almanaques da mesma época, bem como a formação de um público leitor que viria a se tornar consumidor de outros jornais e dos livros divulgados nas páginas daqueles pioneiros (CANTONI, 2016, s/p).

A criação da tipografia do jornal O Leopoldinense, à época localizada na Rua do Rosário, nº 37, inaugurou a chegada da imprensa no Município. Inicialmente foi classificado como uma “folha comercial agrícola e noticiosa, consagrado aos interesses dos Municípios de Leopoldina e Cataguases, propriedade de uma sociedade anônima”, fundado e dirigido por Francisco Gonçalves da Costa Sobrinho, comerciante local, alferes e oficial honorário do exército brasileiro, membro do extinto 33º Corpo de Voluntários da Pátria, cuja aptidão



como jornalista foi reconhecida pelo *Jornal do Commercio*, em matéria publicada em 1882⁵. O segundo expoente da imprensa local foi o jornal *Gazeta de Leopoldina*, criado por José Monteiro Ribeiro Junqueira e Antonio Teixeira, também redatores, além de Emilio A. P. Pinto, como secretário-gerente. A *Gazeta de Leopoldina* é tida como um veículo crítico que, segundo a bibliografia o diferenciava dos outros periódicos circulados até então. Segundo Cantoni (2016), a *Gazeta de Leopoldina* surgiu num momento de maior incremento na circulação de periódicos e, como a grande maioria dos veículos da época, visava pavimentar o caminho “para seu proprietário alcançar postos mais altos na política” (CANTONI, 2016, s/p).

O incremento da imprensa local foi fundamental para a produção artística e literária local, uma vez que garantiram condições para sua circulação mais ampla e, também, para a formação de um público leitor e espectador de teatro na época. As publicações periódicas do final do século XIX e primeiros anos do século XX, em Leopoldina, abordavam os mais variados assuntos de interesse do Município, agregando informações recebidas de outras imprensas da região e do Rio de Janeiro, com sessões dedicadas à lavoura e agricultura, política e economia, cultura e arte, dos classificados aos obituários e, até mesmo, achados & perdidos. Em literatura, a sessão Livros Novos, na área de classificados de O Leopoldinense, trazia a relação de livros à venda na tipografia do próprio jornal, de romances às peças teatrais.

Geralmente publicados na primeira página, os Folhetins ofereciam aos leitores os capítulos de um romance a cada edição do periódico. Por outro lado, as Crônicas, comumente ocupando a primeira página, retratavam por meio do texto ficcional, os contextos e os costumes da sociedade mineira oitocentista, e eram assinadas, quase sempre, por pseudônimos. Não raro, esses mesmos espaços foram ocupados por peças teatrais de autores locais publicadas na íntegra, como a comédia de costumes em três atos “O Conto do Vigário”, autoria de Joaquim Ferreira de Amorim, publicada em 1903. Com a chegada das companhias dramáticas no Município e, após a inauguração do *Theatro Alencar*, os anúncios de espetáculos e as críticas teatrais tornaram-se costumeiros nas publicações periódicas, conforme observou Natania Nogueira:

⁵ *Jornal do Commercio*, 1882, a. LXI, n. 326, p. 2.



Era comum anúncios n'OLeopoldinense convidando o público a assistir apresentações teatrais de companhias que passavam pela cidade ou que aqui estavam instaladas. Foi assim durante a segunda metade do século XIX e até meados do século XX. Artistas de outras regiões e até outros países se instalaram aqui, como foi o caso do ator espanhol Manoel Del Valle, que no início do século XX atuava nos palcos leopoldinenses (NOGUEIRA, 2014, p. 31).

Os periódicos eram visitados pelos empresários teatrais e diretores das companhias dramáticas que, indo até as tipografias das cidades por onde circularam, quase sempre, acompanhados de suas respectivas bandas de música, distribuía ingressos aos redatores e articulistas dos jornais visando a publicação dos reclames, importantes para a divulgação dos espetáculos, mas, também tinham o objetivo de garantir o apreço, a presença e a opinião da imprensa sobre as representações, no momento em que o ofício de crítico se confundia com o de cronista sendo exercido, em sua maioria, pelos “homem das letras que, em meio a outras ocupações, exerceu também nas páginas de revistas e jornais a função de crítica, especialmente enquanto cronista teatral” (DOMINGOS; MACIEL, 2019, p. 60).

A imprensa periódica era convertida em órgão privilegiado de divulgação dos espetáculos e das companhias, ao mesmo tempo, garantia a presença do público em razão das opiniões consideradas balizadas sobre os trabalhos e os artistas apresentados. O papel do crítico não estava restrito a emitir um juízo especializado sobre os espetáculos e os desempenhos, pois abarcava antes de tudo a vida mundana do Município. Não podemos nos valer dos dados informados pelos periódicos para refazer a história do teatro na região sem levar em consideração, neste percurso, qual era o lugar, a função e o papel da imprensa na produção, circulação e recepção dos espetáculos e dos artistas cênicos naquele contexto. Logo, a imprensa local não apenas publicizava as companhias dramáticas e as programações do teatro, mas participava, enquanto divulgador, espectador e crítico das montagens, desempenhando, assim, um papel primordial para a manutenção das casas de espetáculos e para a continuidade do próprio teatro no final do século XIX, sobretudo nas cidades do interior. Visava educar o público “não no sentido acadêmico da palavra, mas iniciando-o na linguagem teatral, fazendo-o refletir em sua função: a função do público” (DORT, 1977, p. 57).

Neste sentido, durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, as críticas teatrais publicadas pela imprensa periódica no Brasil, inclusive a leopoldinense, são caracterizadas como um gênero híbrido, segundo salientou Flora Süssekind, mistura de crítica e crônica que privilegiou um texto “capaz de sugerir um clima de intimidade ao leitor.



Chegando-se por vezes a deixar de lado o registro ou o comentário dos espetáculos em cartaz em prol de uma espécie de diário pessoal” (SÜSSEKIND in. CANDIDO, 1992, p. 361). O julgamento tinha por objetivo verificar a adequação da companhia e/ou do elenco com relação ao repertório apresentado, de acordo com uma divisão hierárquica e fixa de papéis, “porque a ideia de adequação parece ser um dos fundamentos da crítica do período. Adequação ao gosto e ao repertório do 'Zé' (Povinho); [...] ao gênero a que pertence a peça em questão” (IDEM, 1992, p. 368).

Válido ressaltar que, com o aprimoramento das tecnologias de impressão e informação nos primeiros anos do século XX, foi contínua a expansão das tipografias nos Municípios e distritos da Zona da Mata mineira, fato este que permitiu ao Theatro Alencar possuir o seu próprio órgão de propaganda: O Alencar, impresso na Tipografia Mineira, em Recreio, e dedicado à divulgação da programação artística da casa de espetáculos, bem como as principais tendências do cinema em voga. Circulado pela primeira vez em 30 de abril de 1918, o periódico destinava-se a "registrar o que aparecer de moderno no mundo cinematográfico [...] e a sua excelente fatura material bem como a parte intelectual nada deixam a desejar. Desejamos-lhe vida longa” (GAZETA DE LEOPOLDINA, a. XXIV, nº 12, 1918, p. 1).

Procuramos delimitar até aqui as condições de existência para o surgimento de uma vida teatral e cênica mais regular na região entre o final do século XIX e o começo do XX, em particular no Município de Leopoldina, baseada na urbanização que permitiu a constituição de um público capaz de sustentar a continuidade das produções, na mudança da vida econômico-social que incentivou as atividades comerciais e mercantis, inclusive, as ligadas à circulação cultural e artística, no surgimento da imprensa periódica e no seu impulso a constituição de um grupo letrado local interessado em promover e fomentar o teatro naquele contexto. Na parte seguinte, voltaremos nossa atenção para o impulso dado pelo contexto mais amplo à expansão das casas de espetáculo no interior mineiro.

3. A Expansão das Casas de Espetáculos na Zona da Mata Mineira; a Formação de Grupos de Amadores e o Desenvolvimento do Teatro em Leopoldina

Amplamente apreciadas pelo caráter divertido e instrutivo, as casas de espetáculos se espalharam rapidamente pelo interior mineiro no decorrer do século XIX, na medida em que



as cidades e suas sociedades também se expandiram. O crescimento acelerado dos teatros em Minas Gerais, especificamente na região da Zona da Mata mineira, emergiu da transformação das esferas social e econômica naquele período, impulsionados pelo progresso das lavouras de café perante o declínio da mineração e com o deslocamento da população para a região, o que resultou no “surgimento de novas cidades” (ÁVILA, 1978, p. 19), sociedades e instituições. Deste modo, “na segunda metade do século XIX, novos teatros viriam a ser abertos no interior da província, alguns instalados em edifícios para o fim especialmente construídos” (IDEM, 1978, p. 19).

Durante o Império do Brasil (1822-1889), o Rio de Janeiro se destacou como um grande centro de negócios para empresários teatrais, companhias dramáticas e circenses, nacionais e estrangeiras que, de lá, percorriam as principais regiões do país, em caravanas artísticas. A Zona da Mata de Minas Gerais, por sua proximidade, logo se tornou região privilegiada pelas companhias que circularam no período e o Município de Juiz de Fora que, em 1863 inaugurava o Theatro da Misericórdia, construído pelo Barão de Bertioga (1773-1870) a partir de mão de obra escrava, se tornou “o ponto inicial dos roteiros de excursão que as troupes dramáticas ou líricas” (ÁVILA, 1978, p. 20) empreendiam na região.

Outras casas de espetáculos foram construídas em Juiz de Fora, como o Teatro Perseverança, em 1870, propriedade de Carlos Otto, posteriormente substituído pelo Theatro Juiz de Fora, em 1889, pelos irmãos Ferreira Lage, também conhecido como Teatro Novelli em homenagem ao ator italiano Ermette Novelli (1851-1919). Segundo Affonso Ávila, essas casas de espetáculos recebiam artistas de diferentes localidades do país, inclusive estrangeiras, sobretudo devido à flexibilidade de acesso à região por linhas férrea e rodoviária que interligavam o Município com o Rio de Janeiro e outras regiões do estado de Minas Gerais. Deste modo, “o surto teatral se estende [...] a todo o interior mineiro, e no último quartel do século as casas de espetáculo se multiplicam” (ÁVILA, 1978, p. 2).

Foi o caso de Leopoldina, cidade localizada a 98 km de distância de Juiz de Fora. Entre as principais condições que viabilizaram o desenvolvimento da cultura teatral no Município, destacamos a construção da Leopoldina Railway, como já destacado na primeira parte deste texto, que flexibilizou o acesso à região, e, sobretudo, a construção da casa de espetáculos pública, inaugurada em 1883, tornando Leopoldina ponto de parada para os artistas e empresários teatrais de diferentes localidades. As iniciativas que culminaram na edificação do teatro ocorreram no ano de 1880, seis anos após a inauguração da estrada de ferro, quando



algumas personalidades locais, entre elas Chagas Lobato, Marciano Teixeira Lopes Guimarães e Sargento Antônio Santa Cecília, criaram uma comissão para construir uma casa de espetáculos para o Município e, deste modo, suprir, segundo a imprensa, “a mais vital aspiração do público leopoldinense” (O LEOPOLDINENSE, a. IV, nº 4, 1883, p.2).

O projeto criado pela comissão previa, inicialmente, a edificação do teatro na Rua Sete de Setembro, em algum ponto entre o restaurante Araújo e a tipografia do jornal O Leopoldinense. Cinco meses depois, em abril de 1881, o Imperador Dom Pedro II (1825-1891) visitou Leopoldina, durante viagem empreendida na Zona da Mata mineira, havendo, segundo uma pequena nota intitulada Teatro Novo, participado da cerimônia de assentamento da pedra fundamental do teatro que, em breve, seria erguido, “a pedra para os alicerces, deve ser conduzida na próxima semana” (O LEOPOLDINENSE, a. II, nº 28, 1881, p.2). Ressalta-se, contudo, que Dom Pedro II registrou sua visita à Leopoldina em seu diário da época, não mencionando este fato específico.

Encontrando dificuldades em arrecadar a verba para o financiamento total da obra, a comissão responsável pela construção do teatro precisou abdicar do projeto original e adquiriu, logo, um prédio que já estava em construção para ser um templo maçônico, localizado na Rua Municipal, nº 24, atual Rua Barão de Cotegipe. A compra deste imóvel foi concretizada em 20 de agosto de 1881, dando lugar ao Theatro Alencar, inaugurado no dia 19 de janeiro de 1883, com espetáculos da Companhia Dramática Escudero, dirigida pela atriz francesa Amelie Escudero, que permaneceu por três meses apresentando-se no Município. A arquitetura do teatro era simples: dois andares, com as plateias dispostas no pavimento superior em arquibancadas ao redor do pano de boca que, por sua vez, localizava-se no centro do térreo, à frente do palco. O prédio também dispunha de um botequim; característica trivial em teatros portugueses e que, segundo Sousa Bastos, oferecia uma variedade de produtos para consumo, como “bebidas, bolos, pastéis, café ou chá e, alguns, tabaco e comidas” (BASTOS, 1908, p. 30).



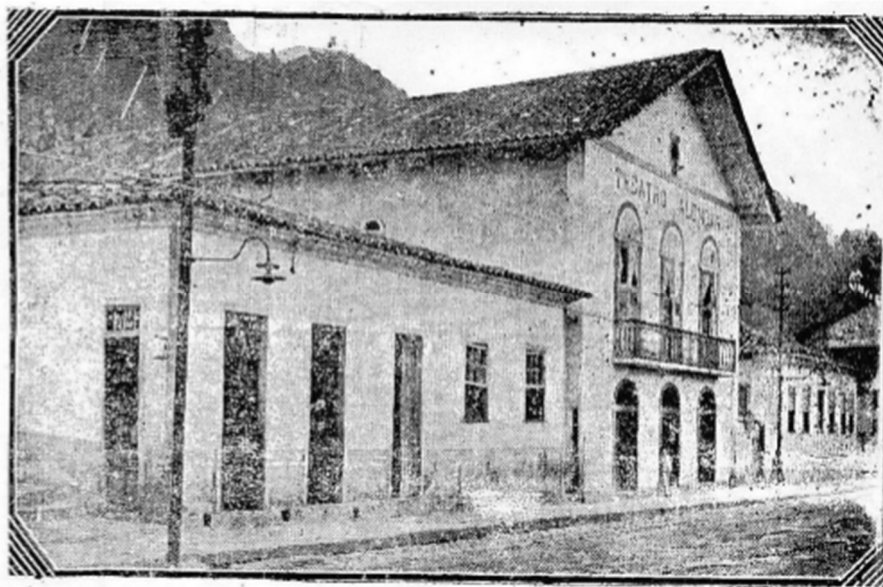


Figura 1: Fotografia do Theatro Alencar datada do final do século XIX e início do século XX.

Fonte: Biblioteca Municipal Luiz Eugênio Botelho, 2017.

No texto “Teatro em Leopoldina”, Nilza Cantoni menciona um interessante trecho presente no livro de C. Carlos João Wehrs, *O Rio Antigo – Pitoresco & Musical*, que descreve a visita do autor em Leopoldina e sua passagem pelo “teatro de Leopoldina” em 1886. Conforme descrito por Wehrs, em 30 de outubro, uma companhia dramática portuguesa, dirigida por um empresário de nome Guimarães, representou no teatro local as peças “O Lenço Branco”, comédia em três atos traduzida por Rangel de Lima⁶ e de grande êxito em Portugal, além da comédia em um ato “Não Tem Título”, do dramaturgo português António Pedro Baptista Machado (1847-1901), “de que gostei muito, por ter sido bem encenada e ser muito alegre”(WEHRS, 1980, 176-177). Sobre os aspectos internos do teatro, Wehrs o descreve com características semelhantes das que foram relatadas três anos antes pelo articulista do *O Leopoldinense*, ressaltando, sobretudo, a visível instabilidade na estrutura da casa de espetáculo, já que, segundo o autor, “o teatro, o prédio, [...] era uma imensa casa de pau-a-pique, dividida em galerias e camarotes em torno da plateia, e, embaixo, constituída de cadeiras e bancos” (WEHRS, 1980, 176-177).

⁶ “Lenço Branco - Comédia em 3 atos, tradução de Rangel de Lima, representada no teatro do Ginásio em várias épocas. Reprises no Teatro das variedades e outros”. BASTOS, Sousa. *Diccionario do Theatro Portuguez*, p. 299. Lisboa- Portugal, 1908.



Nilza Cantoni indaga se Carlos Wehrs, ao mencionar sua visita ao teatro de Leopoldina em 1886, referia-se, neste caso, ao Theatro Alencar, inaugurado em janeiro de 1883. A indagação poderia estar relacionada a um dado publicado no “I Calendário Histórico da Cidade de Leopoldina 1997-98”⁷, informando que a primeira comissão organizada para construir o teatro foi composta em 1886. A pesquisa tem procurado verificar a informação e, com base nas análises das fontes consultadas, foi constatado, como já salientado, que a comissão responsável pela construção do teatro foi criada em 1880, sendo que a primeira grande reforma realizada no Alencar ocorreu em 1887, ocasionando sua reinauguração em dezembro daquele ano, ou seja, pouco mais de um ano após a visita de Carlos Wehrs ao único teatro em funcionamento no Município, concluindo, portanto, que o relato do autor descreve a estrutura original da casa de espetáculos, inaugurada três anos antes de sua visita.

Anteriormente a existência do Alencar, eram habituais as apresentações de companhias dramáticas e circenses nos principais largos e praças de Leopoldina, como o Largo Visconde do Rio Branco, Largo Félix Martins, Largo do Desengano, Largo do Rosário e o Largo da Grama, espaços públicos da cidade que continuaram recepcionando eventos artísticos após a inauguração do teatro, todavia, com menor incidência. Existiram, ao menos, outras duas casas de espetáculos no Município, mencionadas em matérias publicadas no jornal O Leopoldinense entre 1880 e 1881: o Theatro Brandão, propriedade particular da Companhia Dramática Brandão, dirigida por João Manoel Ferreira Brandão e localizada na Rua Sete de Setembro; além do Theatro Recreio. Existem dúvidas, porém, sobre a localização do Theatro Recreio, tendo em vista que nenhuma fonte menciona seu endereço. Válido ressaltar que existem registros de um teatro de mesmo nome na cidade vizinha, Cataguases⁸.

A criação de um teatro público em Leopoldina, partiu, como vimos, dos interesses da população local, de cidadãos comuns e personalidades envolvidas com a política, cultura e educação, de “iniciativas que reuniam tanto uns quanto outros desses entusiastas e o próprio apoio oficial que eventualmente receberam só se tornou possível graças ao empenho pessoal de elementos de prestígio também ligados à arte” (ÁVILA, 1978, p. 20). Deste modo, entre o final do século XIX e início do século XX, concomitantemente com as expansões das casas

⁷ ROSA, Luiz Raphael Domingues. I Calendário Histórico da Cidade de Leopoldina – Minas. Espaço dos Anjos, 1997-98, 1998. Acesso na Biblioteca Municipal de Leopoldina.

⁸ “DE CATAGUASES - Foi inaugurado aqui, no último domingo, um elegante coreto, armado no jardim fronteiro ao Theatro Recreio. A inauguração foi festiva, tocando no coreto a banda de música Lyra Cataguasense, proficientemente regida pelo maestro Rogério Teixeira” (GAZETA DE LEOPOLDINA, a. XXVI, nº 233, 1921, p. 1).



de espetáculos em Minas Gerais, as companhias dramáticas e grupos de amadores se desenvolveram e se solidificaram no interior, “de modo extraordinário, passando mesmo a constituir o fator decisivo da continuidade de funcionamento das casas de espetáculo”(IDEM, 1978, p. 21), fomentando e diversificando a produção teatral em âmbito local e regional, através dos grupos de amadores.

Ao redor de Minas Gerais, tais entusiastas criaram suas próprias companhias e associações dramáticas, pautados por estatutos e regimentos internos, compostos por sócios e associados participando ativamente no investimento de capital, tanto para a criação e manutenção das casas de espetáculos, quanto para a produção das montagens cênicas, atraindo plateias cada vez mais assíduas ao teatro, fomentado por um sistema de assinaturas de espetáculos. Foi o caso do Club Thalia, uma associação particular fundada em 13 de agosto de 1899⁹ em Leopoldina, com o intuito de produzir e difundir a arte dramática “sob os princípios da mais pura e sã moral” (GAZETA DE LEOPOLDINA, a. V, n.º. 20, 1899, p. 4). Os interessados em se associar ao clube poderiam escolher entre três diferentes classes de participação oferecidas: os contribuintes; os cênicos e os de orquestra.

Os contribuintes participavam no investimento direto de capital, cujos recursos auxiliavam na manutenção das atividades e produção dos espetáculos. Pagavam uma mensalidade de dois mil réis que lhes garantiam uma cadeira permanente em cada espetáculo. Aquele que pagasse, no mínimo, cinco mil réis, tinha um camarote permanente reservado para os espetáculos mensais ordinários. Já os sócios cênicos e de orquestra eram isentos de quaisquer valores ou taxas, incluindo a entrada franca nos espetáculos ordinários, pois, na prática, eram esses quem compunham o corpo cênico e musical do clube, atuando como atores dos espetáculos e músicos da banda musical, indispensável nas montagens teatrais. Tanto os sócios cênicos quanto os de orquestra, bem como seus familiares, tinham direito aos assentos reservados em dias de espetáculo.

No palco do Theatro Alencar, o Club Thalia encenou relevantes comédias nacionais, como na noite de sua inauguração solene em 07 de setembro de 1899, quando foi representada a comédia em um ato “Lotação dos Bonds”, do dramaturgo carioca Joaquim José de França Junior¹⁰ (1838-1890), peça de características realistas em que o enredo

⁹ Gazeta de Leopoldina, ano V, n.º 19, 20 de agosto de 1899, p. 1.

¹⁰ BASTOS, Sousa. Carteira do Artista: apontamentos para a história do Theatro Portuguez e Brasileiro. Lisboa: Antiga Casa Bertrand-José Bastos, 1898, p. 152.



centrou-se, de acordo com a imprensa local, nas “confusões que tão comumente se dão nas grandes cidades em os pontos de bondes” (GAZETA DE LEOPOLDINA, a. V, n. 22, 1899, p. 2). Após o espetáculo, foi representado “Amor Por Anexins”, comédia em um ato escrita por Artur de Azevedo¹¹ (1855-1908) em 1875.

Outras peças do repertório do clube naquele período: “Como Se Fazia Um Deputado”, comédia em três atos de Joaquim José da França Júnior¹² (1838-1890) e “O Judas em Sabado de Alleluia”, comédia de costumes nacionalista em um ato de Martins Pena (1815-1848), levada a cena pela primeira vez em Leopoldina pelo Clube Thalia que, em 1900, passou a ser chamado de Grupo Scenico João Caetano, em homenagem ao exímio ator, encenador e empresário teatral brasileiro João Caetano (1808-1863). Sob direção do ator e cenógrafo leopoldinense Raphael Gimenez, o grupo manteve parcialmente o corpo cênico do antigo clube, dando continuidade na produção teatral em âmbito local, bem como gerenciando a própria continuidade e aprimoramento do edifício teatral ao longo dos anos e que, por sua vez, passou por diversas reformas e reparos; necessidades atribuídas ao uso contínuo do espaço, alavancado pelas companhias de amadores e inerentes às próprias transformações teatrais no final do século XIX e início do século XX.

A primeira grande reforma ocorrida no Theatro Alencar, como vimos, ocorreu em 1887, culminando na reinauguração do teatro em dezembro daquele ano com a presença da Companhia Dramática do Theatro Sant’Anna, dado informado na Gazeta de Notícias (RJ) de 18 de outubro de 1887¹³. Em agosto de 1901, período de maior atividade do Grupo Scênico João Caetano, James Zig-Zag, então presidente da Sociedade Theatro Alencar, solicitou novos reparos no prédio, alterando expressivamente a estrutura interna do teatro visando à melhoria do espaço cênico, em prol da comodidade do público, como a mudança da escada para a porta central, permitindo o acesso dos espectadores nas outras duas portas da fachada do teatro; a substituição das cadeiras na plateia por bancos de palha com assentos numerados e o reposicionamento destas cadeiras nos camarotes superiores, “que tanto se recentem da falta de mobília” (GAZETA DE LEOPOLDINA, a. VII, nº 18, 1901, p. 1).

Em setembro de 1907, a pedido do Presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, o teatro sofreu novas intervenções, com o intuito de torná-lo mais “claro, arejado e

¹¹ *Ibid.*, p. 252

¹² GONÇALVES, Augusto de Freitas Lopes. Dicionário Histórico e Literário do Teatro no Brasil, volume III. Editora Cátedra, Rio de Janeiro, 1979, p. 246.

¹³ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, edição 291, 18/10/1887, página 2.



confortável” (IDEM, a. XIII, n° 42, 1907, p.2). De acordo com os extratos da Câmara Municipal publicados pela imprensa local, no mês de outubro foram pagos 57\$500 (cinquenta e sete mil e quinhentos réis) a Sergio Pereira Pontes pela restauração de 51 cadeiras do teatro, além de 70\$000 (setenta mil réis) para Lomba & Irmão, pelo fornecimento de 3.000 tijolos, totalizando um montante de 127\$000 (cento e vinte sete mil réis) retirados do orçamento municipal de Obras Públicas e investidos no teatro, que passou por “uma enérgica varredela e uma transformação feliz na entrada” (IDEM, n° 49, 1907, p. 2). Em dezembro do mesmo ano, os extratos da Câmara Municipal informam o pagamento de mais 22\$000 (vinte e dois mil réis) a João Candido de Figueiredo, pelos serviços de pintura do teatro, além de 250\$300 (duzentos e cinquenta mil e trezentos réis) para Américo Campos por serviços no Alencar e na câmara municipal.

Com o avanço das tecnologias no início do século XX, o Alencar passou a exibir filmes por meio da aquisição de telão, fitas e aparelhagem, sendo reinaugurado em 08 de novembro de 1909¹⁴ como Cinema Leopoldina, sem perder o título de Theatro Alencar. Gerenciado pelo tenente João das Chagas Monteiro, ofereceu ao público os principais títulos consagrados nos cinemas do Rio de Janeiro. Neste formato, o teatro recepcionava, como de costume, artistas e companhias dramáticas para se apresentarem no palco, antes e/ou depois da sessão cinematográfica exibida na tela, ampliando, desta forma, a programação artística e cultural da casa de espetáculos.

Em matérias publicadas no jornal O Novo Movimento entre 1910 e 1911, observamos a aceitação do público com este formato de entretenimento. Contudo, a programação cinematográfica deveria estar de acordo com os valores morais vigentes à época, algo que nem sempre ocorreu, o que ocasionou notas de censura e desaprovação por parte da imprensa. Filmes como “A Saia” foram considerados imorais e “representativas de infidelidades conjugais” (O NOVO MOVIMENTO, a. III, n° 20, 1910, p. 3). Em contrapartida, não faltaram esforços para exibição de filmes como “Vida de Cristo”, “extraordinariamente belo e instrutivo” (IDEM, a. III, n° 15, 1910, p. 3), sobretudo, adequado aos juízos de valores e às exigências da aristocracia local.

João das Chagas esteve à frente da casa de espetáculos de 1909 a 1913. Entre 1914 e 1915, o prédio passou a ser gerenciado por um novo proprietário, Pedro Barbosa que, em

¹⁴ Gazeta de Leopoldina, ano XIX, n° 170, p. 1, 08 de novembro de 1913.



abril de 1915, admitiu Custódio Spinola como sócio, constituindo a Sociedade Barbosa & Spinola, introduzindo melhoramentos para o prédio. Todavia, em 1916, a sociedade já não existia e o teatro voltou a ser uma propriedade apenas de Pedro Barbosa que gerenciou o local até o final daquele ano. Em 1917, o capitão F. P. Carneiro passou a ser o arrendatário do prédio e foi em sua gestão que o Theatro Alencar ganhou seu próprio órgão de propaganda: o periódico O Alencar, circulado pela primeira vez em 30 de abril de 1918.

Esta foi uma alternativa encontrada por F. P. Carneiro em desvincular as programações do teatro do jornal Gazeta de Leopoldina que, em 1918, publicou uma série de matérias denunciando o empresário de não cumprir as exigências da recém instituída Taxa de Diversão, lei que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1918 regulamentando a comercialização de ingressos nas casas de espetáculos e taxando um imposto de cem réis para cada bilhete comercializado. O formato dos ingressos também deveria ser específico, contendo picotagem para divisão do canhoto do bilhete que, por sua vez, eram diferenciados por cores, distinguindo as sessões diurnas e noturnas, devendo variar de cor a cada dia.

A fiscalização do cumprimento da lei coube às autoridades competentes do Estado de Minas Gerais: funcionários públicos, vigias fiscais, policiais, escrivães, fiscais de renda e designados nas respectivas municipalidades. Em Leopoldina, a imprensa exerceu essa função, em extensas reportagens que denunciaram a empresa F. P. Carneiro de fraudar o pagamento da taxa, acusada de omitir o quantitativo total de ingressos vendidos na noite de 21 de abril de 1918, ocasião em que o Theatro Alencar ficou lotado, “foi uma enchente colossal, calculada em muito mais de 500 pessoas” (GAZETA DE LEOPOLDINA, a. XXIV, nº 04, 1918, p. 1). Contudo, o imposto de taxa de diversão paga pela empresa para a noite em questão foram 30\$000 (trinta mil réis), concluindo que foram vendidos apenas 300 ingressos naquela noite. Para comprovar a fraude, a imprensa divulgou a contagem de assentos disponíveis no teatro naquele período, o que nos leva ao ponto de interesse: a capacidade total de espectadores: 354 lugares, distribuídos entre 126 cadeiras, 48 lugares nos bancos, 16 camarotes com 5 cadeiras cada e 100 gerais, nas arquibancadas.

Ressalta-se que, na enchente colossal de 21 de abril, além dos lugares supracitados, foram levadas para o teatro cadeiras da Câmara Municipal e da Gazeta de Leopoldina, “ficando ainda inúmeras pessoas de pé” (IDEM, a. XXIV, nº 09, 1918, p.1), o que nos leva a compreender que, quando o Alencar esteve à cunha, é porque estava ocupado por um público em torno de quatrocentas a quinhentas pessoas, no máximo, o que avaliamos como



considerável quantitativo de público em um teatro do interior. Válido destacar os dados dos balancetes demonstrativos referentes às receitas e despesas do Município no ano de 1918, expedidos pela Câmara Municipal de Leopoldina. Segundo os documentos, o Theatro Alencar gerou em receitas, neste ano, o montante de 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis), respectivamente 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) por trimestre, entre janeiro a 30 de setembro de 1918.

Já conforme relatório publicado no Diário de Minas em 22 de outubro de 1918, emitido pelo capitão Domingos Ribeiro, responsável pela fiscalização da Taxa de Diversão na 13ª circunscrição do Estado, que à época, incluíam as localidades de Leopoldina, Cataguases, Além Paraíba, São Paulo do Muriaé, São Manoel e Palma, foram arrecadados na circunscrição o total de 8.536\$800 (oito contos, quinhentos e trinta e seis mil e oitocentos réis), através da comercialização de 85.368 ingressos, entre janeiro a 30 de setembro de 1918, com maior porcentagem de vendas para Além Paraíba, com uma média de 123 espectadores por função. Leopoldina ficou em terceiro lugar, com uma média de 86 espectadores, trazendo à tona as acusações de fraude contra a empresa F. P. Carneiro que, logo após a publicação do balancete pela imprensa, passou a seguir o que exigia na lei da Taxa de Diversão, realizando a picotagem dos ingressos “e selagem dos mesmos sobre o picote” (IDEM, a. XXIV, nº 158, 1918, p.1).

No ano de 1920, o Theatro Alencar passou a ser gerenciado pela empresa Spinola & Lorenzetto e, em 1925, pela Arantes & Nogueira. Com o desgaste de sua estrutura pelo uso contínuo, o prédio foi fechado em 1925, por oferecer risco ao público e aos artistas. Em 1926, a Câmara Municipal de Leopoldina colocou o teatro à venda, sendo o mesmo arrematado pelo preço de 25 contos de réis por Salvador Rodrigues y Rodriguez, lavrador espanhol e residente há muitos anos no Município. Neste mesmo período, acentua-se o advento do cinema no interior mineiro e, desta forma, muitas casas de espetáculos foram adaptadas para o formato de Cine-Theatro; tal como ocorreu com o Alencar, em uma nova etapa de sua história. Em 1927, o presidente da Câmara Municipal, Carlos Coimbra da Luz, sancionou a Lei Municipal nº 412, de 16 de março, alienando o prédio e garantindo os direitos de posse do mesmo ao novo proprietário que, por sua vez, colocou em prática um moderno projeto de reforma e ampliação do espaço para abrigar o Cine-Theatro Alencar, construído com arquitetura neoclássica e regido conforme as leis que regulamentavam as casas de



espetáculos à época, com o objetivo de se tornar referência e, sobretudo, concorrência aos outros teatros e cinemas da região.



Figura 2: Fachada do Cine-Theatro Alencar, primeira metade do século XX.

Fonte: Jornal "Leopoldinense: A Consciência Crítica da Cidade", 2015.

Do prédio original, foi aproveitado apenas o engradamento do telhado, sendo o resto demolido. A fachada, largamente ampliada, modernizou e embelezou toda a sua extensão ao longo da Rua Barão de Cotegipe, “onde sempre existiu o Teatro” (IDEM, 1927, s/p). Com o palco em estilo italiano, localizado no pavimento térreo de frente para a plateia, foram ampliados os camarotes, galerias e torrinha dispostas no andar superior, “inteiramente diverso do que se notava no antigo” (IDEM, 1927, s/p). Não encontramos a data precisa de sua inauguração, ocorrida em 1927, todavia, segundo a tradição oral¹⁵, conta-se que o filme exibido foi Miguel Strogoff, com a promissora atriz norte-americana Theda Bara no elenco. O Cine-Theatro Alencar funcionou até o ano de 1984, gerenciado, no decorrer do século

¹⁵ I Calendário Histórico da Cidade de Leopoldina – Minas. Espaço dos Anjos, 1997-98. Editor, Pesquisa e Texto por Luiz Raphael Domingues Rosa, 1998. Acesso na Biblioteca Municipal de Leopoldina.



XX, pela municipalidade e, também, por empresas privadas (Nogueira & Mello e Salomão & Irmãos Ltda).

Após encerrar as atividades artísticas, abrigou loja de móveis usados, danceteria e igreja universal, permanecendo por muitos anos fechado. No início do século XXI, em 08 abril de 2005, foi reinaugurado como sala de cinema, o Cine Alencar, iniciativa de Paulo Roberto Xavier de Oliveira em fomentar o audiovisual no município. Na época, a estrutura interna do cinema dispunha de ar condicionado, seis canais de som, 240 cadeiras e 32 camarotes. Apesar de moderno e oferecer ingressos a valores populares, teve um curto período de funcionamento, por motivos que variaram entre o advento da internet que, favoreceu o esvaziamento das salas de cinema e, sobretudo, pela falta de apoios e incentivos públicos e/ou privados para manutenção do espaço e da programação artística, encerrando suas atividades poucos anos depois. De 2010 até os dias atuais, o prédio abriga uma igreja e alguns comércios.

4. Considerações Finais

Neste texto, procuramos contribuir para a ampliação dos conhecimentos teóricos sobre a história das Artes Cênicas em Minas Gerais, sobretudo em Leopoldina e sobre o Teatro Alencar, articulando as características próprias de um teatro empreendido no interior mineiro, desde a expansão das casas de espetáculos na Zona da Mata mineira, impulsionada pela proximidade da região com o Rio de Janeiro, atraindo, em grande parte, as companhias dramáticas e empresários teatrais para se apresentarem no interior, momento de intenso desenvolvimento da atividade teatral, alavancada, ainda mais, pela formação dos grupos dramáticos de amadores locais. A partir da continuidade da pesquisa em andamento, acreditamos ser possível compreender melhor a contribuição local ao debate sobre o teatro nacional, por meio do aprofundando reflexivo sobre a dimensão histórica, artística e teórica, do problema. Por fim, podemos concluir que a presença do teatro em Leopoldina foi mais intensa e extensa que se costumava saber através da historiografia da cidade e/ou do teatro brasileiro que, por sua vez, desconhece em grande medida a atividade teatral vivenciada pelas cidades do interior, especialmente o mineiro.



Referências Bibliográficas

- ÁVILA, Affonso. **O Teatro em Minas Gerais: Séculos XVIII e XIX**. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Ouro Preto, MG - 1978.
- BASTOS, Sousa. **Diccionario do Theatro Portuguez**. Imprensa Libanio da Silva, Lisboa - Portugal, 1908.
- BASTOS, Sousa. **Carteira do Artista** - Apontamentos para a Historia do Theatro Portuguez e Brasileiro. Imprensa Libanio da Silva, Lisboa - Portugal, 1898.
- CANTONI, Nilza. **O Teatro em Leopoldina**. Disponível em: <<http://cantoni.pro.br/MemoriaLeopoldina/teatro.htm>>, último acesso em 13/08/2018.
- CANTONI, Nilza. MACHADO, Luja. **A Imprensa em Leopoldina (MG) entre 1879 e 1899**. Jornal Leopoldinense, 2014. Leopoldina - MG.
- DORT, Bernard. **O Teatro e Sua Realidade**. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1977.
- FERREIRA, Teresa A. S. Duarte (Org.) **Catálogo de Teatro: a colecção do livreiro Eduardo Antunes Martinho**. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Ministério da Cultura - Portugal, 1996.
- GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina-MG, 1896-1898. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.
- GONÇALVES, Augusto de Freitas Lopes Gonçalves. **Dicionário Histórico e Literário do Teatro no Brasil**. Editora Cátedra, Rio de Janeiro. Vol. I, Letra A, 1975; Vol. II, Letra B, 1976; Vol. III, Letra C, 1979 e Vol. IV, Letra D-E, 1982.
- JORNAL DO COMMERCIO, 1882, a. LXI, n. 326, p. 2. Rio de Janeiro - RJ, 1882. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.
- NOGUEIRA, Natania. **Uma breve história de Leopoldina (1828-1930)**. 2007. Disponível em: <<https://historiadoensino.blogspot.com/2007/06/uma-breve-histria-de-leopoldina-1828.html>>. Último acesso em: 27/01/2020.
- OLIVEIRA, Paloma Resende. **Escola Normal do Ginásio Leopoldinense e o Projeto Educativo de Formação das Elites da Zona da Mata Mineira**. XXVII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.
- O LEOPOLDINENSE, Leopoldina-MG, 1880-1896. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.
- O NOVO MOVIMENTO, Leopoldina-MG, 1910. Disponível na Biblioteca Municipal Luiz Eugênio Botelho.
- PEREIRA, Maria José Lara de Brêtas (.Org). **Mauro de Almeida Pereira – O Escrivão**. Belo Horizonte, Editora B, 2015.



- RABETTI, Maria de Lourdes. **Em Busca da Tradução Teatral:** o trabalho do historiador em meio a miudezas da cena e precariedades documentais. Revista Sala Preta, Vol. 17, n. 2, 2017.
- SANTOS, Clóvis Domingos dos; MACIEL, Paulo Marcos Cardoso. **O Crítico e a Função da Crítica Diante da Cena Contemporânea.** Revista Cena, Porto Alegre, n° 28, p.53-68 maio/ago. 2019.
- SOUZA, Gilda de Mello e. Teatro ao sul, In **Teatro brasileiro**, n. 3. São Paulo, janeiro de 1956.
- SÜSSEKIND, Flora. Crítica a Vapor. Notas sobre a crônica teatral brasileira da virada do século, *In* CANDIDO, Antônio. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- WEHRS, C. Carlos J. **O Rio Antigo** - Pitoresco & Musical. Memórias e Diário. Pref. de Américo Jacobina Lacombe, Rio de Janeiro, 1980.

*Recebido em 02 de novembro de 2020
Aceito em 05 de maio de 2021*

